

# Líderes confiam na aprovação da emenda

JORNAL DE BRASÍLIA

5 JUN 1985

O governo está absolutamente confiante na aprovação da emenda que proporá a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, e não teme que eventuais divergências sobre pontos polêmicos, como a Reforma Agrária ou ressentimentos surgidos nas nomeações, possam prejudicar a votação, pois esta certo de que nenhum parlamentar votaria contra uma aspiração consensual de toda a Nação.

A segurança do presidente Sarney quanto à aprovação da mensagem foi enfatizada ontem por dois líderes que participaram da reunião do Conselho Político — Fernando Henrique Cardoso e Humberto Lucena. Eles informaram também que o texto da proposta de emenda Constitucional será curto e simples, e que praticamente só uma questão resta a decidir: a situação dos senadores cujo mandato só expira em 1990.

"A Constituinte é uma idéia que tem força muito grande neste País. Ninguém terá coragem de se antepor a ela — afirmou Fernando Henrique Cardoso.

"Ninguém votará contra a exigência imperiosa da Nação brasileira, para acabar com

esta carta outorgada. Numa questão como esta, de alto interesse público, acho muito difícil que qualquer parlamentar se exponha a tentar uma barganha política" — disse Lucena.

O texto da emenda vai estabelecer o prazo — presumivelmente de um ano — pelo qual os senadores e deputados eleitos em 15 de novembro de 1986 terão poderes constituintes. Afirmará também a continuidade do trabalho do Congresso Nacional durante esse período, pois o presidente Sarney rejeita terminantemente a idéia de legislar por decreto-lei neste interregno. Mas deverá deixar à própria Constituinte que estabeleça, em seu regimento interno, na conciliação das atividades parlamentares e Constituintes.

O líder Humberto Lucena anunciou que, com o conhecimento do presidente Sarney, vai realizar uma consulta entre os 24 senadores eleitos em 1982.

Por sua vez, o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, disse que a emenda do governo sobre a Constituinte será "enxuta, seca e objetiva", pois será transferida à assembléia a decisão de "tudo o que for possível".

## Mensagem do Executivo só após projeto Righi

Decidido: o presidente José Sarney só enviará a sua mensagem ao Congresso Nacional propondo a convocação da Assembléia Nacional Constituinte após a votação da emenda do deputado Gastone Righi (SP), 49 anos, líder do PTB na Câmara. A emenda Righi, que estabelece funções constituintes aos novos congressistas a serem eleitos no ano que vem, tem votação marcada para o próximo dia 12.

A decisão de Sarney de enviar a sua mensagem propondo a Constituinte somente após a votação da emenda Righi foi anunciada ontem pelo presidente da República, após participar da reunião das 11 horas com o Conselho Político do governo. Desta forma fica claro que o Congresso Nacional não deverá aprovar a emenda Righi, devido à mensagem de Sarney.

O que é

Segundo acredita o líder do

PMDB e do governo no Senado, Humberto Lucena, Sarney deverá enviar sua mensagem ao Congresso Nacional até o próximo dia 25. Pela mensagem de Sarney, a Constituinte será eleita a 15 de novembro de 86. E todos os eleitos neste ano, a exceção dos governadores e dos prefeitos, terão poderes de aprovar uma nova Constituição brasileira.

Para convocar a Constituinte, Sarney está trabalhando em duas frentes: Na primeira, o governo está criando uma comissão de alto nível, a ser presidida pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco. Na segunda frente, com o apoio da Igreja e da Ordem dos Advogados do Brasil, o governo prepara uma Cartilha da Constituinte, que, de forma didática, informará ao cidadão comum o que é a Constituinte e qual é o seu objetivo.

## Atribuição é do Legislativo

Ressaltando que a convocação da Constituinte é de atribuição exclusiva do Poder Legislativo, o deputado José Genoíno (PT-SP) afirmou ontem que o Congresso Nacional, no mais breve espaço de tempo, deve analisar e votar o ato convocatório da Constituinte. E, através de uma comissão interpartidária, discutir as várias propostas já existentes, inclusive a do próprio governo e as emendas constitucionais que já tramitam, como a do deputado Gastone Righi.

"O ato convocatório — observou Genoíno — é atribuição exclusiva do Congresso Nacional, única instituição que, bem ou mal, tem legitimidade para aprovar a convocação da Constituinte. Entendemos que esse ato é abrangente nas definições sobre as eleições; os poderes e o papel da constituinte, garantindo a liberdade em relação às atuais leis repressivas e à soberania em relação ao Poder Executivo".

Assim — concluiu — somos contrários à emenda Gastone Righi. Ela apenas transforma as eleições para o Congresso Nacional em '86 com poderes constituintes.

ANC 88  
Pasta Jun/85  
023/1985

## Preocupação com o quórum

O deputado Gastone Righi está ultimando as providências para a votação de sua emenda no próximo dia 12. Acha que vai haver quórum e espera que a história sobre a paternidade da criança esteja superada. "O fato de eu ter feito a emenda com meus próprios punhos não significa que ela não expresse os anseios gerais e seja fruto da luta de todos os partidos", explica.

No Congresso desde segunda-feira, quando a maioria dos deputados ainda se achava fora, em seus estados de origem, Righi e alguns correligionários têm vivido dias atribulados. Além dos telefonemas dados e recebidos, passagem por inúmeros gabinetes e conversas reservadas, acabaram de pregar os cartazes convocando todos.

Centenas de telegramas foram expedidos até o final da semana passada pelo gabinete de Gastone Righi, salientando a importância do comparecimento à sessão do dia 12. Telegramas semelhantes foram expedidos, também, pelas lideranças.

Muitos deputados, especialmente do PMDB e do PFI, disseram ontem que vão votar segundo suas consciências.